



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA/ FUP

ANA PAULA NASCIMENTO REIS

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO (PGPM): O CASO
DOS ESTOQUES DE FEIJÃO**

BRASÍLIA

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA

ANA PAULA NASCIMENTO REIS

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO (PGPM): O CASO
DOS ESTOQUES DE FEIJÃO**

Relatório Final de Estágio Supervisionado,
apresentado a Universidade de Brasília,
campus UnB Planaltina para obtenção do título
de Bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana de Oliveira
Miranda

BRASÍLIA
2016

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus, pela força e sabedoria que ele me proporciona todos os dias, mostrando o melhor caminho a seguir. Agradeço a minha família por acreditar no meu potencial, principalmente ao meu irmão Paulo Vinícius que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, presenciando e participando do meu esforço. A minha mãe, Maria Reis que sempre apoiou as minhas decisões, confiando na filha acima de qualquer coisa. Ao meu pai, Paulo Rogério que sempre me transmitiu tranquilidade, e paciência na hora de resolver os problemas.

Agradeço eternamente toda equipe da Conab pela oportunidade do estágio, que me acolheu de braços abertos, me ensinou muito, não só no lado acadêmico e profissional, mas também no pessoal. Proporcionou a prática dos conhecimentos adquiridos. Tiveram toda paciência e compreensão possível, principalmente o técnico João Ruas, que me acolheu com todo carinho, tirou todas as minhas dúvidas, além de despertar minha vontade de torna-se uma servidora pública.

Agradecer a minha orientadora Prof.^a Luciana, pela compreensão e paciência que teve, e por suas correções e dicas passadas ao longo da elaboração do trabalho.

Aos amigos que conquistei ao longo da minha formação acadêmica, que compartilharam das mesmas angústias e felicidades, principalmente a Felipe Nogueira, Lorena Côrte e Leonardo Mesquita pelos momentos inesquecíveis que vivemos juntos.

A todos vocês, muito obrigada!

EPÍGRAFE

“Comemorarei cada pequena vitória como se fosse um grande prêmio. Só eu sei quanto me custa vencer cada uma”

Aurélia Vasconcelos

RESUMO

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é um importante instrumento econômico, que traz ao produtor rural segurança econômica na hora de comercializar sua produção agrícola. Então, o presente trabalho buscou realizar uma análise da política de garantia de preços mínimos (PGPM), no contexto dos estoques públicos da empresa pública Conab. O objetivo deste estudo é mostrar a participação da PGPM na formação dos estoques públicos e os custos que o governo desenvolve ao longo dos anos com a estocagem de feijão. Foi desenvolvido um levantamento dos prejuízos físicos, químicos e biológicos que tal estocagem gera ao feijão. Nesse sentido, levando em conta o contexto dos estoques, o presente trabalho busca avaliar a eficácia da PGPM como instrumento econômico enquanto política pública em prol dos estoques públicos.

Palavras-chave: Companhia Nacional de Abastecimento. Política de Garantia de Preços Mínimos. Feijão. Estoques.

Abstract

The Minimum Price Guarantee Policy (PGPM) is an important economic instrument that brings to the rural producers economic security at the time of marketing their agricultural production. Therefore, the present work sought to perform an analysis of the minimum price guarantee policy (PGPM), in the context of public stocks of the public company Conab. The objective of this study is to show the participation of PGPM in the formation of public stocks and the costs that the government has developed over the years with the bean storage. It was developed a survey of the physical, chemical and biological damages that such storage generates to the beans. The methods used were qualitative research and associated with the case study material. In this sense, considering the context of inventories, the present work seeks to evaluate the effectiveness of PGPM as an economic instrument as a public policy in favor of public stocks

Keywords: National Supply Company, Minimum Price Guarantee Policy, Beans, Stocks.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - OBJETIVOS	4
2.1 Objetivo Geral.....	4
2.2 Objetivos Específicos	4
3 - REFERENCIAL TEÓRICO	5
3.1 Definição de Políticas Públicas.....	5
3.2 Políticas de Garantia de Preços Mínimo (PGPM)	6
3.3 Feijão	8
3.4 Estoques	9
4 - METODOLOGIA	10
4.1 - Caracterização da Empresa	11
4.1.1 - Conab	11
5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
5.1 - Política de Preço Mínimo atuando como Política Agrícola.....	14
5.2 - Níveis de estoques de feijão ao longo dos anos.....	14
5.2.1 - Problemas gerados pela Estocagem.....	16
5.2.2 - Custos com a Estocagem	16
5.2.3 - Custos com o Seguro de Estocagem do Feijão	19
5.2.4 - Fiscalização dos Estoques.....	21
5.2.5 - Destinação dos Estoques para Programa Social	22
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
7 - ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO	24
8 REFERÊNCIAS	27

1 - INTRODUÇÃO

Política Pública para Mead (1995) é definida como um campo de estudo da ciência política que objetiva pesquisar a atuação do governo com relação a questões públicas.

Em relação às políticas públicas agrícolas é importante dizer que é imprescindível a participação do Estado para a fluidez do mercado agrícola, certamente pelo fato do mercado está em constante mudança, seja na área econômica, climática, ou social.

No Brasil, algumas empresas públicas surgiram com intuito de auxiliar o governo com as políticas públicas a ele imposta, e uma delas é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública, vincula ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, criada pelo decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de janeiro de 1991, companhia essa que realiza estudos estatísticos de preços, levantamento de custos de produção da agropecuária (Conab, 2016).

A Companhia tem como sua principal política agrícola a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), que vem a ser um instrumento de garantia de preços aos produtores rurais e garante a oferta da produção para a população no que se refere à produção de alimentos básicos. Para (CARVALHO e SILVA-1993), a política de preços mínimos mostrou se um importante indicador de possibilidades de produção, que interfere na hora do plantio do produtor, e conseqüentemente, se tornou grande incentivadora da produção e amplificadora da agricultura.

E assim, a política se destaca pelo incentivo de produção de vários alimentos básicos que compõe parte da mesa dos brasileiros. Dentre esses alimentos básicos, se destaca o feijão, um importante produto básico da alimentação dos brasileiros. Este alimento se enquadra em uma escala dos alimentos mais antigos da humanidade, tornando-se parte integrante da alimentação e nutrição de muitas civilizações.

Os feijões estão entre os alimentos mais antigos, remontando aos primeiros registros da história da humanidade. Eram cultivados no antigo Egito e na Grécia, sendo, também, cultuados como símbolo da vida. Os antigos romanos usavam

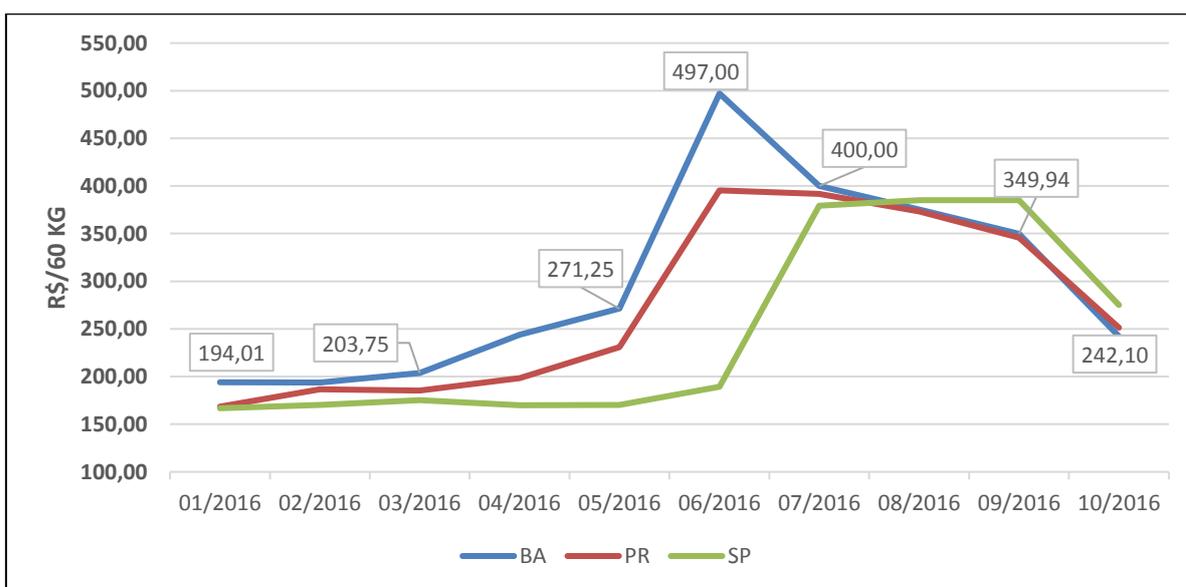
extensivamente feijões nas suas festas gastronômicas, utilizando-os até mesmo como pagamento de apostas (Embrapa, 2013).

O feijão, devido ao seu alto nível de consumo no país durante o ano todo, a exceção de datas natalinas, necessita de uma política estratégica de armazenagem, que visa controlar as oscilações de preços que ronda o mercado financeiro. Tal estratégia busca trazer maior segurança a quem investe recursos e tempo no plantio do produto, ou seja, o produtor rural.

No gráfico abaixo é possível, observar as constantes oscilações de preços nos principais estados produtores do país: BA, PR e SP no ano de 2016. Tal ano expressivo, com elevados aumentos de preços durante meses. E assim, o gráfico abaixo exemplifica a análise, na qual se observa, que os preços durante os primeiros meses do ano permaneceram estáveis sem grandes variações bruscas de preços, já, entre os meses de abril e maio começam a ocorrer aumentos consideráveis nos preços do feijão.

Tais ticos de altas são ocasionados principalmente por fatores climáticos que causam quebras na produção, ou seja, chuvas excessivas no Paraná-PR e constantes secas na BA e SP acabaram influenciando nos preços. Além da influência da baixa oferta frente à demanda do produto.

Gráfico 1: Oscilações de Preços – Feijão 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Siagro/Conab (2016).

E assim percebe-se que a baixa de preços começa com indícios na segunda quinzena do mês de julho, isso é explicado pela retração da oferta atual no mercado, retração essa, já esperada pelo mercado financeiro, pois os preços estavam muito elevados e acabou deixando o consumidor cauteloso na hora de comprar um produto com o preço tão elevado, obrigando-o a substituir por outra leguminosa. E com o decorrer do ano mencionado, o mercado foi obrigado a armazenar o produto, este que não pode ser armazenado por muito tempo, pois, se torna um produto velho, escuro de baixa qualidade, e de difícil cozimento. E conseqüentemente os produtores com receio de prejuízos e desequilíbrio no mercado, foram obrigados a recuar os preços nos últimos meses drasticamente.

Assim, a Política de Preço Mínimo está baseada numa lógica de intervenção voltada para a formação de estoques públicos de alimentos, na qual o governo faz a intervenção toda vez que o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, ou seja, o governo compra o excesso. Por outro lado, se os preços de mercado estiverem em alta, ocorrerá à desmobilização dos estoques públicos ou até mesmo dos privados.

E ao se analisar os custos financeiros e subsídios governamentais para se estocar o feijão oriundo da (PGPM), é preciso analisar se esse instrumento como política pública está sendo eficiente e vantajoso economicamente ao Governo Federal, pois na visão de Martins e Alt (2009), manter elevados níveis de estoques é visto como um possível aumento de gastos desnecessário, independente da transação envolvida, seja na produção, administração ou manuseio de algo.

Por fim, com o desencadeamento da estocagem de produtos, embora não seja o objetivo do governo, é preciso destinar o excedente estocado em serviços sociais que traga benefícios a população, e assim um dos instrumentos utilizado para tal finalidade, é o programa de aquisição de alimentos – PAA , que por meio do estado, é prestado um serviço social envolvendo o combate à fome e a desnutrição da população, e assim, os produtos que não são adquiridos por compra ou leilão, se destinarão a doações sociais.

2 - OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral

Analisar a atuação econômica da Política de Garantia de Preços Mínimos no contexto dos estoques públicos de feijão.

2.2 - Objetivos Específicos

- Mostrar a atuação da política de garantia de preços mínimos;
- Analisar os custos governamentais advindos da estocagem do feijão;
- Abordar os problemas gerados pela estocagem.

3 - REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial tratará acerca do tema políticas públicas, e especificamente, dos estoques públicos de feijão advindo da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), que se trata de uma política pública formulada pela Companhia Nacional de Abastecimento, e também trará uma reflexão sobre a real necessidade de estocagem do produto, e se o gasto gerado pela política é satisfatório economicamente ao governo federal.

3.1 - Definição de Políticas Públicas

Lynn (1980) define políticas públicas como sendo um agrupamento com objetivos específicos governamentais que produziram efeitos característicos. Já Peters (1986) conserva a ideia de que políticas públicas é o somatório das atividades governamentais, que se manifesta por meio de representação, transferência, que de certa forma interfere na vida da população.

Então, podemos definir políticas públicas como ações desenvolvidas pelo Estado com intuito de servir e atender setores diversos da sociedade, setores esses que podem ser desenvolvidos em conjunto com a iniciativa privada.

As intervenções do Estado na agricultura através das políticas públicas estão relacionadas aos riscos sociais e políticos que envolvem o setor, principalmente políticas que visam o bem-estar econômico e social.

Políticas que buscam regular o mercado agrícola, garantir preços e rendas justas aos agricultores e conseqüentemente estimular a produção nacional e prevenir a escassez de produtos internos.

Alguns fatores imprevisíveis são possíveis razões que propiciam a interferência do Estado na produção agrícola, tais como: mudanças climáticas repentinas, falhas no funcionamento do mercado agrícola e catástrofes alimentares, logo causando um desequilíbrio financeiro e social.

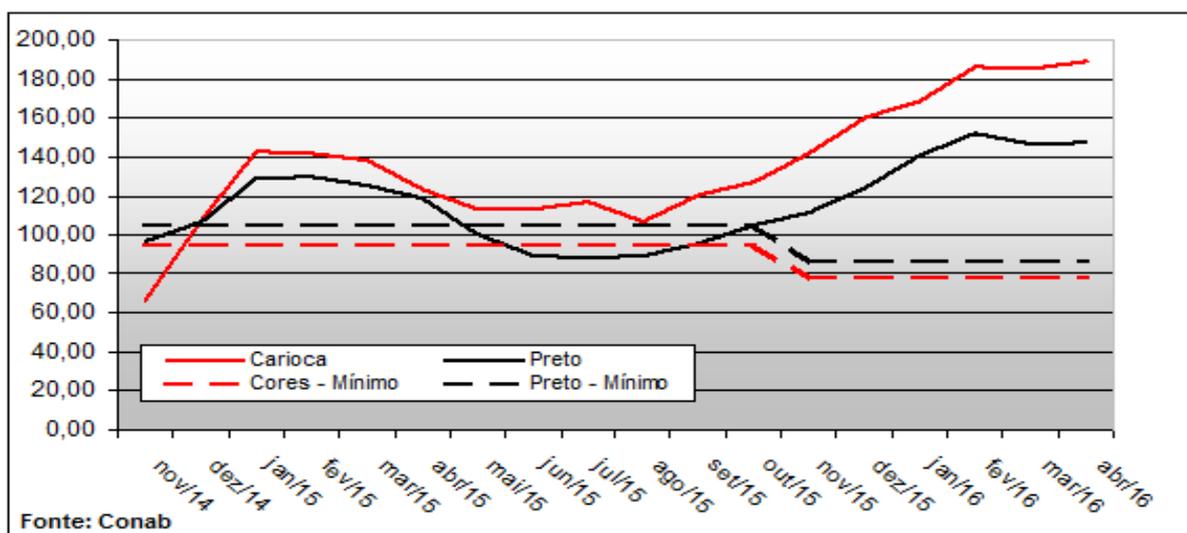
3.2 - Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) surge no Brasil em 1943 e iniciada em 1965 pelo Decreto 57.391 de 12/12/65, e complementada com o Decreto-Lei 79, de 19/12/66. A empresa responsável pela efetivação da política atualmente é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), porém a execução da política até 1980 foi feita pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Tal política estrutura a utilização de duas operações pelo Governo Federal, que são os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGF) (CONAB, 2016).

A Política de Garantia de Preços Mínimos é uma importante ferramenta da política agrícola, que desenvolve a sustentação da renda do setor rural muitas vezes. Essa política surgiu no Brasil em 1943, com intuito de estabilizar preços e garantir renda ao agricultor, o que se traduz a um seguro de preços, e que foi executada pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP), instituição responsável pela execução da política até o final da década de 1980, e que posteriormente foi substituída pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 1991 (ALMEIDA, 2014, p. 24).

O Governo Federal, representado pela CONAB, atua quando o preço de mercado se encontra abaixo do mínimo ou quando o produtor encontrar dificuldades para comercializar seus produtos. Em relação aos fatos citados acima, o gráfico abaixo mostra os preços recebidos pelos produtores com a margem estipulada do preço mínimo.

Gráfico 2: Preços recebido pelos produtores – nov./2013 a abril/2016 (R\$/60KG)



O gráfico acima mostra a intervenção do Governo através da PGPM, onde o preço estipulado pela política é de aproximadamente R\$ 98,00 reais a saca de 60 kg do feijão cores e de R\$ 102,00 reais a saca do feijão preto. Observa-se que em alguns meses do ano devido às constantes oscilações de preços, o produtor precisou da ajuda estatal para comprar o excedente produzido, ou seja, os preços das sacas chegaram a um patamar muito abaixo de mercado, e assim chegando ao ponto do preço mínimo. O exemplo disto no gráfico, os meses de novembro de 2014 e junho, julho e agosto de 2015 foram contemplados pelo preço mínimo.

Os produtos que têm preço mínimo estabelecido são: algodão, alho, amendoim, arroz, borracha, café, castanha de caju, castanha do Brasil, cera de carnaúba, feijão, girassol, guaraná, juta/malva, leite, mamona, mandioca e derivados, milho, sisal, soja, trigo e uva (CONAB, 2016).

A Conab tem como missão contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento. Para cumprir esta missão, quando em condições de desequilíbrio entre a oferta e a demanda e queda dos preços dos produtos abaixo do preço mínimo oficial, o Governo Federal intervém no mercado adquirindo parte do excedente da produção como mecanismo de sustentação dos preços ao produtor. Em obediência às questões legais, a Conab só pode adquirir produtos, ao amparo da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que estejam enquadrados nos padrões oficiais de classificação (CONAB, 2016).

A política de garantia de preço mínimo desempenha papel crucial no contexto da política agrícola brasileira, pois reduz a instabilidade de renda dos produtores, fazendo com que os mesmos se sintam mais seguros em relação às oscilações da oferta dos produtos no mercado agrícola.

3.3 Feijão

Feijão é um dos alimentos mais antigos da humanidade, tendo registros dos primeiros cultivos no antigo Egito e Grécia. Os primeiros usos do grão foram pelos antigos romanos que o usava em festas gastronômicas que eles mesmos faziam entre si, e outra função do feijão naquela época era o pagamento de apostas. A disseminação do feijão pelo mundo tem fortes indícios que ocorreu em virtude das guerras, certamente pelo fato desse alimento fazer parte da refeição dos guerreiros da época (EMBRAPA, 2013).

O feijão é uma leguminosa que existem diversas variedades, e as mais comercializadas no país são: Feijão Carioca, Feijão Preto, Feijão Rajado, Feijão Jalo, Feijão Vermelho, Feijão Bolinha, Feijão Rosinha, Feijão Branco e Feijão Fradinho (EMBRAPA, 2013).

Figura 1. Imagem das Variedades de Feijões.



Fonte: Mundo Boa Forma, 2016.

O feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) ocupa lugar de destaque na agricultura brasileira, sendo caracterizado como forte produto no mercado interno, cujos grãos representam uma importante fonte de proteína e minerais na dieta da população, além de possuir notória importância socioeconômica. O feijoeiro comum é a espécie mais cultivada do gênero *Phaseolus* no mundo (YOKOYAMA, 2002).

De acordo com Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Brasil é o maior produtor mundial de feijão com produção média anual de 3,5 milhões de toneladas. Típico produto da alimentação brasileira é cultivado por pequenos e grandes produtores em todas as regiões. Os maiores são Paraná, que colheu 298 mil toneladas na safra 2009/2010, e Minas Gerais, com a produção de 214 mil toneladas no mesmo período. A safra tem taxa anual de aumento projetada de 1,77%, de acordo com estudo da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura. Os dados também mostram crescimento no consumo, cerca de 1,22% ao ano, no período 2009/2010 a 2019/2020, passando de 3,7 milhões de toneladas para 4,31 milhões de toneladas. As projeções indicam também a possibilidade de importação de feijão nos próximos anos. Porém, a taxa equivaleria a 161,3 mil toneladas em 2019/2020, quantidade pouco expressiva (MAPA, 2013).

3.4 Estoques

Os estoques, de acordo com [Ballou \(1993\)](#), são uma das características da cadeia de suprimento, que manifesta estrategicamente para obtenção de ganhos econômicos na dimensão de compras e ou transportes. Afirma também que estoques preserva e salvaguarda a empresa contra variações de preços em momentos inesperados do mercado financeiro.

Os estoques trazem ao mercado uma segurança com relação às oscilações que ocorrem diariamente nos preços de mercados, que causa desequilíbrio de preços. Tais mudanças de preços no que se refere ao mercado agrícola acabam deixando o produtor inseguro na hora de vender seus produtos, fazendo com que os mesmos busquem ajuda junto ao governo federal através da política de garantia de preço mínimo.

4 - METODOLOGIA

De acordo com Thiollent (2005, p.29) “O papel da metodologia consiste no controle detalhado de cada técnica auxiliar utilizada na pesquisa”, ou seja, é o conjunto de estratégias que objetiva chegar a um fim determinado.

Minayo (2007, p. 44) complementa a definição de metodologia como sendo a

(...) a) um caminho para o pensamento, discutir os métodos para se investigar algo; b) busca uma justificativa concreta, por meio de métodos e instrumentos investigativos; c) e destaca também a importância da criatividade de que o pesquisador precisa ter na hora de observar o que deseja, ou seja, a visão das experiências vividas pelo pesquisador ajudam a chegar a respostas a suas perguntas.

E assim os aspectos metodológicos utilizados neste trabalho foi o de pesquisa descritiva, que de acordo com Triviños (1987, p. 112), pesquisa descritiva objetiva fatos e casos de uma determinada realidade, e assim requisita uma série de informações relativas ao tema. Então a pesquisa descritiva analisa, identifica e assinala as modificações relacionadas aos procedimentos.

4.1 - Caracterização da Empresa

4.1.1 - Conab

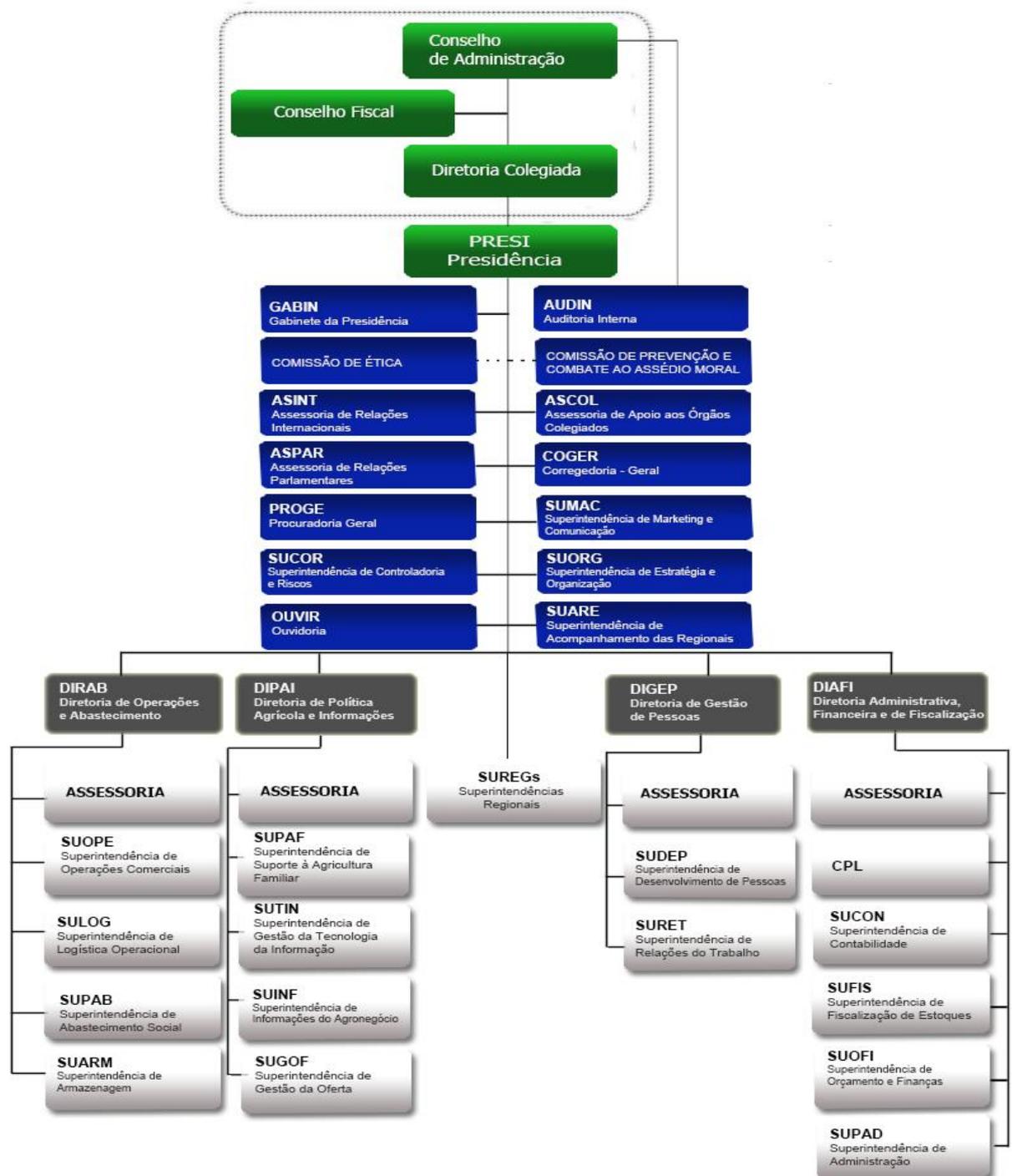
As Empresas públicas exercem papel essencial no funcionamento das políticas públicas, tal como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Criada pelo Decreto Presidencial e autorizada pela Lei Nº 8.029, 12 de abril de 1990, porém inicia suas atividades no ano posterior. É a empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado, tendo como principais objetivos: (CONAB,2016)

- I- -Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- II- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- III- Executar as políticas públicas federais referentes a armazenagem da produção agropecuária;
- IV- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- V- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno (CONAB, 2016).

Então, trata-se uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agropecuária, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que possui atuação em todo o território nacional, por meio de superintendências que auxiliam na prestação de serviços.

As superintendências da Empresa estão presentes em 21 dos 26 estados brasileiros, tais como: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, logo, a Companhia atua em praticamente todo território nacional (CONAB, 2016).

Apresentando como estrutura organizacional, o seguinte modelo de organograma:



Fonte: Conab/2016

A formação da CONAB, veio da fusão de outras empresas públicas, a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), ambas as empresas possuíam atuação em áreas de abastecimento alimentar, e a partir do Governo Collor, houve a necessidade de fazer a fusão das três empresas e transformá-las em uma empresa que continuasse seguindo o mesmo objetivo da produção agrícola (CONAB, 2016).

A nova companhia teria maior agilidade e independência operacional de suas atividades, direcionadas a execução da PGPM, ao controle dos estoques reguladores e estratégicos, a coordenação e prestação de serviços de armazenagem e a administração de estoques oficiais. Além disso, a CONAB caberia executar programas de caráter social (RELATÓRIO da CONAB, 1992).

A CONAB está presente no processo que envolve os alimentos desde a plantação, cultivo até chegar à mesa dos brasileiros no país todo, e a sua atuação relaciona-se a comercialização, prevenção de safras agrícolas nacionais, levantamento de preços e o comportamento da produção.

A empresa também está presente na atuação do Governo Federal em ações sociais que visam à supressão da carência alimentar nacional e do mundo, ou seja, a companhia atua na elaboração e montagem de cestas básicas de alimentos com destino a pessoas que sofreram com algum tipo de desastres ambientais ou climáticos e que se encontra em situação de vulnerabilidade alimentar.

Outra política pública desenvolvida pela Conab com intuito de suprir as necessidades alimentares estaca-se o programa de aquisição de alimentos - PAA. Nesse contexto, PAA é um instrumento de política pública instituído em 2003, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MATTEI, 2006).

O PAA tornou-se um importante instrumento incentivador da agricultura familiar, ou seja, o programa compra os alimentos produzidos pelos agricultores familiares sem a necessidade de licitação e posteriormente distribui a população carente que esteja em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 - Política de Preço Mínimo atuando como Política Agrícola

Costa (2015) elucida que a política de preços mínimos se inseriu de certa forma como uma política agrícola que “[...] busca mitigar os riscos inerentes à produção rural, uma vez que essa possui papel fundamental para a alimentação humana e animal, além de ser responsável pelo fornecimento de matérias-primas ao setor industrial [...]”.

A política de garantia de preço mínimo entra em ação na política agrícola, quando os preços estão abaixo do mínimo que foram estipulados pela Conab, e assim causando uma segurança financeira ao produtor.

Tal política é vista pelo produtor como uma estratégia para aumentar o lucro da produção, certamente pelo fato da garantia que o produtor tem que é resguardado por lei que sua mercadoria será comprada pelo governo independentemente de preços, ou seja, o produtor pode ficar guardando em armazéns próprios seus produtos esperando que os preços aumentem, e assim terá maior lucro e bons retornos financeiros.

5.2 - Níveis de Estoques de Feijão ao longo dos anos

A tabela abaixo mostra os níveis de estoques de feijão produzidos pela Conab ao longo dos anos, começando pelo ano de 1987 até 2016. Observa-se que a quantidade estocada ao longo dos anos veio diminuindo, ocorrendo algumas variações para menos ou para mais.

É percebido que os estoques entre os períodos de 1987 a 1989 eram mais expressivos, com maiores quantidades de toneladas estocadas do que nos dias atuais.

Tabela 1: Quantidade Estocado de Feijão/em toneladas.

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1987	113.695	104.754	110.259	122.089	122.685	119.575	124.245	117.702	99.350	77.902	67.507	67.727
1988	72.455	78.170	78.766	80.350	93.222	110.682	144.472	178.761	182.381	162.895	150.840	131.102
1989	126.963	112.726	93.435	71.529	24.739	21.356	18.107	15.014	9.510	7.889	6.565	6.279
1990	6.228	6.123	6.139	6.132	2.826	2.553	1.852	1.736	1.676	1.898	1.864	6.819
1991	14.739	11.889	10.838	9.944	6.122	4.797	4.818	4.914	4.656	4.589	3.423	6.815

1992	7.006	13.274	11.192	16.844	21.858	37.179	81.426	97.377	120.083	112.697	112.273	103.247
1993	98.023	119.534	103.238	74.680	58.050	76.115	66.693	103.904	101.666	81.067	60.363	46.157
1994	31.315	27.083	16.631	11.851	8.348	6.615	7.387	9.327	9.665	6.538	6.149	6.112
1995	6.119	5.649	5.579	6.177	30.900	49.303	68.666	85.477	84.418	93.189	95.660	96.733
1996	89.028	87.115	90.371	87.728	89.738	86.234	68.353	53.285	43.485	35.471	34.607	30.164
1997	28.284	26.384	24.625	15.785	12.846	10.959	11.238	15.883	21.508	33.514	45.644	74.583
1998	74.159	74.553	48.902	47.105	44.961	44.570	15.523	2.687	611	374	830	1.266
1999	973	636	203	148	70	1.751	17.897	21.572	21.896	5.453	5.503	52
2000	52	20.118	50.721	71.402	86.707	78.529	74.002	62.653	50.400	34.521	27.535	420
2001	307	428	201	4	4	13	8	-	-	-	-	2
2003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2004	-	-	-	-	-	-	-	3.701	11.145	11.711	11.711	11.715
2005	11.378	9.966	9.966	7.303	3.688	2.589	1.900	1.770	1.431	1.356	1.277	1.277
2006	1.277	1.277	1.234	1.234	1.234	1.781	2.276	2.558	2.905	2.905	2.905	3.766
2007	3.737	4.684	14.001	23.382	33.323	37.306	38.441	39.087	33.331	13.807	1.858	332
2008	332	93	46	46	46	46	46	13	13	5	5	5
2009	5	5	12.615	40.137	62.368	85.274	130.211	138.982	149.191	154.407	156.786	156.889
2010	137.471	142.958	166.603	173.793	172.216	164.031	158.7629	156.92	155.256	141.064	136.855	129.002
2011	128.046	127.274	129.457	135.604	143.827	144.336	137.640	123.702	114.711	112.955	98.294	78.320
2012	69.404	59.909	-	41.084	30.490	25.098	23.092	21.677	19.753	18.429	15.300	11.430
2013	15.291	3.520	3.195	2.817	2.697	2.421	1.870	1.824	1.763	452	422	395
2014	385	385	357	357	2.934	4.096	19.345	30.692	39.127	56.559	63.731	64.166
2015	64.166	64.166	63.723	58.706	55.369	44.306	34.548	30.245	23.557	18.744	12.596	10.023
2016	9.908	5.862	2.490	1.163	1.037	222	18	3	-	-		

Fonte: Conab, 2016.

Um dos motivos está relacionado com a quantidade de safras daqueles anos em questão, pois existiam apenas duas safras, diferente de hoje que são três safras. Então, o governo estocava muito, o mesmo, precisava guardar a maior quantidade possível de feijão, objetivando equilibrar o mercado para não haver mudanças drásticas nos preços.

Outro fator ligado a grande quantidade estocada, está relacionada ao perfil do consumidor da época, pois se tratava de um consumidor com pouca ou nenhuma exigência pela qualidade do feijão, ou seja, o governo poderia estocar por meses até mesmo anos o produto e posteriormente ser comercializado sem que o consumidor questionasse a qualidade do grão. Logo, o consumidor não comprava o feijão prestando atenção na cor ou tamanho do grão, e sim simplesmente pelo preço.

Observa-se um comportamento diferentemente do consumidor do século XXI, que está mais criterioso e exigente na hora de consumir, ou seja, ele não olha somente o preço, mas também a pureza, cor, tamanha e tempo de cozimento do grão.

5.2.1 - Problemas gerados pela Estocagem

Os fatores que podem afetar a conservação dos grãos armazenados, são os físicos - temperatura, umidade, danos mecânicos - e biológicos – micro-organismos, insetos, ácaros e pragas em geral (PUZZI, 1977).

Alguns produtos armazenados por longos períodos de tempo perdem suas características físicas, químicas, biológicas, que afeta a qualidade do produto de um modo geral.

A umidade é o principal fator que governa as qualidades do produto armazenado, pois favorecem alterações físico-químicas e microbiológicas. Por este motivo os grãos devem ser frequentemente submetidos à determinação de seu teor de umidade desde a colheita até a última etapa do armazenamento (PUZZI, 1977).

5.2.2 - Custos com a Estocagem

Os custos de estoques estão diretamente relacionados à administração de estoques. A logística e a racionalidade podem ser utilizadas com êxito para resolução de problemas de estoque. Podemos dividir os custos em três principais tópicos: custo de estoque, custo de pedido e custo de falta de estoque. (BALLOU, 2012)

Para Chopra e Meindl (2003), destaca a importância de a empresa ter produtos para ofertar aos clientes, pois caso contrário a mesma não obterá bons lucros, tanto quanto mantiver elevados estoques, estará suscetível a vender seu produto com grandes descontos e ter prejuízos com a comercialização.

A política de garantia de preço mínimo gera ao governo custos com a estocagem de produtos que não foram comercializados pelos produtores, produtos esses que precisam ser armazenados, e que conseqüentemente com o passar do tempo tende a perder o valor aquisitivo, e deixa de ser atrativo ao mercado.

E assim de acordo com, Reis e Andrade ([1993?], p.16), destaca a importância da destinação adequada do produto, pois:

___No momento em que safras abundantes estão sendo colhidas é necessário dar ao excesso de produção uma destinação adequada, pois havendo produto disponível, o mercado deprecia o antigo em favor do novo, ocorrendo ainda sério risco de deterioração física, qualitativa e do valor nutritivo, bem como gastos financeiros para manter os estoques. A ideia é estabelecer condições concretas para viabilizar ações de natureza social, evitando prejuízos decorrentes da manutenção dos estoques excedentes por períodos muito longos. Reis e Andrade ([1993?], p.16).

Então, o que resta ao produtor é vender o produto para o governo, no entanto, o governo compra por um valor muito elevado desse produtor e posteriormente o governo não consegue vendê-lo pelo mesmo valor que comprou, pelo fato da perecibilidade do grão.

E em se tratando do feijão, o preço pago após a aquisição do produtor pelo governo é ainda menor. O feijão detém características físico-químicas que não permitem o seu armazenamento por longos períodos, pois em pouco tempo perde umidade, escurece e suas propriedades organolépticas são comprometidas perdendo de 0,5 a 1 % da qualidade por mês se estocado. (Conab, 2016).

A grande preocupação com relação à intervenção do Governo no mercado é que normalmente o produto por ele adquirido foge do seu principal atributo (cor) e o mesmo fica armazenado por longos períodos. Nota-se que mesmo quando são colocados à venda, a preços bem abaixo dos praticados no mercado, são raras as perspectivas de comercialização. (Conab, 2014).

A forma diferenciada como o mercado e o governo classifica o produto, causa uma disparidade de preços na hora da compra e venda. Um dos fatores está atrelado à forma diferenciada de como é visto o produto pelo governo e pelo mercado, ou seja, o governo classifica o feijão por tipo, já o mercado classifica por tamanho e cor, fazendo com que ocorra uma desproporção de preços entre as partes.

O governo não visa armazenar grandes quantidades de produtos, principalmente aqueles que estão em constantes negociações no mercado, ou seja, produtos que necessitam de rápida circulação. Então com objetivo de eliminar estoques antigos de feijão, o governo entra com incentivos governamentais de comercialização para se desfazer do produto, antes que ele se deteriore e fique impróprio ao consumo humano.

E assim, o governo utiliza o instrumento deságio, que é uma forma de baixar os preços dos produtos estocados, gerando interesse na compra por um preço menor e evitando o mínimo possível de estoques armazenados nos armazéns públicos do governo.

É fato conhecido que o mercado do feijão considera como fator importante de qualidade do produto a coloração, premiando com melhor preço o grão mais claro, indicador de produto novo, recém colhido e, ao contrário, penaliza o produto escurecido, com deságios, tanto mais acentuado quanto mais escuro for, já que esta característica indica produto velho, com mais tempo de colhido. (Conab, 2008).

No sentido de viabilizar a venda dos estoques, o Governo se ampara nos critérios estabelecidos nas Portarias Interministeriais n.º: 224 de 04/11/94 e 454 de 04/11/97, tomando como parâmetro o valor do preço mínimo básico em vigor, sobre o qual se aplica os deságios para comercialização de acordo com o tempo de estocagem em relação à safra vigente e, caso não tenha êxito, são submetidos à carta convite. (Conab, 2008).

A tabela abaixo mostra as porcentagens de incentivos e com os respectivos descontos por saco de feijão a ser vendido, e assim, objetivando evitar o armazenamento do grão por longos períodos.

Tabela 2: Escala de Tempo da Armazenagem.

PRODUTO	TEMPO DE ESTOCAGEM					ABAIXO DO PADRÃO	INCENTIVO À COMERCIALIZAÇÃO
	6 MESES	1 ANO	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS EM DIANTE		
FEIJÃO	20%	30%	40%	50%	60%	25%	20%

Fonte: Conab, 2008.

PRODUTOS (1)	NORDESTE									NORTE						
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
Algodão em Pluma	-	5,3933	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz em Casca (2)	0,9376	0,8333	1,1000	0,7595	0,7500	0,8250	0,6000	1,1333	0,8673	0,9270	1,1667	0,9464	0,9948	0,8000	1,1000	1,1083
Carne Dianteiro	-	-	-	-	-	9,2500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farinha de Mandioca	3,0000	3,3230	2,6600	4,2734	3,4600	1,8666	1,3000	3,2800	2,9167	1,0800	2,0000	5,4500	3,1333	3,2175	3,3900	3,7350
Feijão Comum	6,5000	5,8458	5,2011	3,0000	6,7500	4,1666	3,0000	3,0000	5,8333	3,3797	8,0000	-	-	6,0000	-	5,3333
Juta/Malva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0500	-	-	-
Milho em Grãos	1,0000	0,7666	0,9558	0,7067	1,1166	0,6101	0,8215	0,6333	0,9000	0,6900	0,4666	1,0500	0,8137	0,5900	1,3488	0,7273
Soja	-	1,1666	-	1,4015	-	-	1,1861	-	-	-	-	-	1,2642	1,0500	1,3083	1,2250
Sisal - Tipo 2	-	2,4000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trigo	-	-	0,8000	-	0,8000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Embalagens (4)	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000

Fonte: Conab, 2016.

Então, o governo desembolsa a cada quinze dias que o feijão fica armazenado, uma taxa que varia de estado para estado, de acordo com os preços do produto. As variações nos valores das taxas seguem o valor vigente no mercado, ou seja, se o preço da saca de feijão estiver muito alto, o governo precisa pagar uma taxa com proporção equivalente aos estoques onde se encontra armazenado o produto.

5.2.4 - Fiscalização dos Estoques

A fiscalização de estoques tem por finalidade apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositária. É realizada periodicamente pela Conab na forma das orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes no Manual de Operações da Conab – MOC ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia, nas seguintes situações:

- I- **Previamente a formalização das operações de formação dos estoques governamentais:** visa avaliar as condições quanti qualitativas dos produtos objetos das operações e o cumprimento pelas depositárias quanto as normas e procedimentos básicos para o armazenamento, previstos no TÍTULO 08 do MOC.
- II- **Durante o período de armazenamento dos estoques:** será executada em consonância com o calendário preestabelecido, nos casos de suspeitas ou indícios de irregularidades e nas oscilações julgadas oportunas, com vistas a notificar a armazenagem quanto aos fatos apurados em relação às condições quanti qualitativas dos estoques, aos procedimentos técnicos de armazenamento e a situação técnico-operacional dos depósitos, orientar e indicar as medidas corretivas a serem adotadas em referência as irregularidades apontadas, se proceder ao registro para fins de alteração no controle de estoques, indicar a necessidade de alteração quanto a situação cadastral da unidade armazenadora, informar as depreciações, perdas e faltas a serem indenizadas, as transferências irregulares de estoques ocorridas e demais anormalidades que exijam providencias complementares necessárias. (CONAB, 2016).

É extremamente necessário que se tenha controle sobre o produto estocado, verificar com periodicidade a armazenagem é imprescindível para que os padrões pré-estabelecidos sejam cumpridos.

5.2.5 - Destinação dos Estoques para Programa Social

A partir do momento em que o excedente gerado pela PGPM está causando gastos desnecessários, é preciso desenvolver uma logística com intuito de beneficiar a população carente, por meio de doações, logo “[...] os programas sociais de abastecimento constituem intervenções do Estado através de agências específicas, visando distribuir alimentos gratuitamente ou subsidiados a grupos sociais carentes ou de risco e, também, em casos de calamidades, geralmente provocadas por secas prolongadas ou por enchentes e inundações [...].” (REIS e ANDRADE, [1993?], p. 15).

Programas sociais envolvendo a PGPM estão relacionados à carência nutricional e alimentar da população carente. Tais ações sociais buscam combater a fome por meio de doações governamentais geradas pelos estoques advindo da PGPM. Estoques, estes que estão por longos períodos de tempo armazenados e que conseqüentemente perde qualidade para o mercado consumidor, e assim restando apenas o viés da doação.

Então o Estado é obrigado “[...] a destinar uma parcela dos estoques da CONAB para suprir carências alimentares da população de baixa renda e outros programas de assistência alimentar [...]”, ou seja, o que está sendo feito pelo Estado é desenvolvimento institucional, através de administração de abastecimento alimentar. (REIS e ANDRADE, [1993?], p. 17).

Um dos programas social de maior destaque desenvolvido pelo governo é o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócia assistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. (Cartilha da Conab, 2012).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises apresentadas neste trabalho, pôde-se perceber que o Estado exerce papel fundamental na produção agrícola, por meio de políticas públicas agrícolas, pois assim é possível estimular o plantio, produção, comercialização, trazendo segurança financeira aos produtores, sejam eles de grande ou pequena escala.

Além da parte nutricional e alimentícia envolvendo a PGPM, destaca-se a estratégia de se evitar o problema do êxodo rural, ou seja, a migração dos agricultores do campo para a cidade. Segundo Wanderley (2009), o êxodo rural afeta muito a vida dos pequenos produtores, ou seja, os mais indefesos economicamente, os que não têm oportunidade de emprego. Logo atinge principalmente aquele que não possui uma propriedade própria e acaba sendo alvo fácil do desemprego.

A PGPM de certa forma, evita com que os produtores abandonem suas propriedades rurais no momento de provável prejuízo que possa ocorrer na produção, ou seja, através da política de preço mínimo o produtor sabe que o Estado será obrigado a comprar sua produção, mesmo que seja por um valor bem abaixo do pretendido pelo agricultor.

Por fim, diante o exposto é imprescindível que seja reavaliado os critérios que hoje são usados para se classificar o feijão, que inclui a tonalidade, tamanho e coloração do grão, ou seja, as compras governamentais precisam se aproximar da realidade que é praticada pelo mercado, e assim diminuir na medida do possível gastos com os estoques.

7 - ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio foi realizado na Gerência de Fibras e Alimentos Básicos- Gefab, subordinada a Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof, da CONAB sede, período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

Todas as atividades desenvolvidas no setor, entre as principais que fizeram parte do estágio, destaca-se:

- a) Acompanhamento dos preços de mercado financeiro de alguns produtos, tais como: Arroz, Feijão, Mandioca, Café, Trigo, Uva, Álcool e Suco de Laranja.
- b) Elaboração de Tabelas com a formação de preços diários, semanais e anuais dos produtos citados acima;
- c) Analisar e fazer comentários em Pastas sobre os Preços de mercado do Feijão e tais comentários será encaminhado ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- d) Avaliação e acompanhamento das oscilações dos Preços Internacionais do Álcool e a influência no Mercado Nacional desse produto;
- e) Elaboração de Planilhas sobre os Preços pagos e recebidos pelos produtores rurais e os preços ofertados no atacado de Arroz. Preços esses que estão disponíveis no próprio site da Conab;
- f) Atualização e elaboração de Gráficos dos Dados quando demandado das variações de preços do SIAGRO – Sistema interno da Conab;
- g) Auxílio quando demandada de arquivamento de processos enviados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- h) Execução de Conjunturas Agropecuárias semanais de Arroz e Feijão, tais conjunturas são disponibilizadas no site da empresa ao público com objetivo de resumir o mercado financeiro de forma sucinta, demonstrada abaixo:

ARROZ – Conjuntura Semanal Período: 19/09 a 23/09/2016
Quadro I - PREÇO PAGO AO PRODUTOR – arroz em casca - (em R\$/unidade)

Centros de Produção	Unid.	Períodos anteriores			Semana atual		
		12 meses	4 semanas	1 semana	Média do mercado	Composto atacado (fardo de 30 kg)	Preço Mínimo LF-T1-58/10
Pelotas (RS) ⁽¹⁾	50 kg	40,33	51,33	51,00	51,17	Tipo 1 =67,75	29,67
Média no RS		37,02	49,57	49,53	49,50	Tipo 1 =65,71	
Sorriso (MT) ⁽¹⁾	60 kg	49,00	71,28	70,00	70,00	Tipo 1 =86,66	35,60
Média no MT		48,42	69,54	68,51	68,51	Tipo 1 =84,83	

FEIJÃO – Conjuntura Semanal Período: 19/09 a 23/09/2016
Quadro I – PREÇO PAGO AO PRODUTOR

Safrá (Período)	UNID	UF	Produto	PERÍODOS ANTERIORES			SEMANA ATUAL	PREÇO MÍNIMO (T 1)
				12	4	1		
				MESES	SEMANAS	SEMANA		
Nov/Out	60 kg	SP	Cores	130,00	382,96	375,00	365,60	78,00
		PR		123,66	375,35	368,00	354,40	
		BA		120,73	360,00	350,00	365,60	
		PR	Preto	97,55	216,90	224,00	230,92	87,00
RS	77,82	181,78		174,86	174,86			

Quadro II – PREÇO NO ATACADO

UNID.	UF	Produto	PERÍODOS ANTERIORES			SEMANA ATUAL
			12 meses	4 semanas	1 semana	
60 Kg	SP	Cores	157,00	392,00	380,00	383,00
		Preto	135,00	272,50	271,00	275,00

Fonte: Conab, 2016.

A realização do estágio foi de grande contribuição para a minha formação acadêmica e pessoal, pode colocar em prática boa parte do conhecimento adquirido na faculdade. Analisei mais profundamente o mercado de arroz e feijão, principalmente o feijão, presenciei diariamente a dinâmica do mercado e posteriormente ter fundamentos para fazer uma análise mais crítica do mercado, assim acabei desenvolvendo visão crítica do agronegócio. Além de descobrir na prática como que funciona do mercado agrícola, com destaque ao agronegócio nacional com suas falhas e contribuições sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Martins de. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no período após a abertura comercial:** mudança institucional e novos instrumentos. Piracicaba, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-05052014-105819/pt-br.php>>. Acesso em: 07 out. 2016.

BALLOU, R. H. **Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física.** São Paulo: Atlas, 2012.

BALLOU, R. H. **Logística Empresarial. Transporte, Administração, Distribuição Física.** São Paulo: Atlas, 1993.

Cartilha da Conab 2012. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf>. Acesso em: 15 de Nov. 2016.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, Cesar Roberto Leite da. Preços mínimos e estabilização de preços agrícolas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 52-64, jan./mar. 1993.

CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

COMPANHIA DE ABASTECIMENTO NACIONAL – CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 7 de nov. 2016.

COSTA, Leonardo Tavares Lameiro da. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.** Câmara dos Deputados, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema2/2015-7842-politica-de-garantia-de-precos-minimos-leonardo-costa>>. Acesso em: 27 out. 2016.

PUZZI, Domingos. **Manual de Armazenamento em grãos: Armazéns e Silos.** São Paulo: Agronômica Ceres, 1977.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECÁRIA – EMBRAPA. Relatório de Gestão da Embrapa 2013. Disponível em <<https://www.embrapa.br/arroz-e-feijao>>. Acesso em: 11 de agos. 2016.

FREGONEZE, G. B *et al.* **Metodologia científica.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 184 p., 2014.

LYNN, Eberly. **Formulação de Políticas Públicas:** Um livro sobre o papel da política. Analysis, Santa Monica, California, 1980.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. 2013. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/feijao>> 01 ago. 2016.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MATTEI, L. **Estudo do impacto e da sustentabilidade do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, nas regiões sul e nordeste do país.** S.l.: s.n., 2006.

Mead, L. M. (1995) “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, Policy Currents, Fevereiro: p.1-4. 1995.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

OLIVEIRA, J. do C. **Política de preços mínimos no Brasil.** Brasília: CFP, p 18. (Coleção Análise e Pesquisa, 1). 1977.

PETERS, B. G. **Política Pública americana.** Chatham, N.J. Chatham House, 1986.

REIS, Juracy M. Lima dos; ANDRADE, Luiz Antonio. A política de garantia de preços mínimos e os programas sociais de abastecimento. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.3, ano [1993?] Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%20de%20Politica%20Agricola%20-%20Ano%20II%20-%20N%2003.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2016.

Relatório de Gestão da CONAB 1992. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2016.

Relatório de Gestão da CONAB 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 13 de nov. 2016.

Relatório de Gestão da CONAB 2014. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 18 de ago. 2016.

Relatório de Gestão da CONAB 2016. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 5 de nov. 2016.

SOUZA, Elis Araújo de. **Gestão de Estoques e Armazenagem: estudo de caso na empresa Tito Embalagens na cidade de Lins/SP.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.fateclins.edu.br/site/trabalhoGraduacao/rqnfFjs4ZuXzWoxv7S3XiSOEbCRAakXvMW8s.pdf>>. Acessado em: 21 de out. 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** – 14. ed.aum.- São Paulo: Cortez, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

YOKOYAMA, L. P. Aspectos conjunturais da produção de feijão. In: AIDAR, H.; KLUTHCOUSKI, J.; STONE, L. F. (Ed.). Produção de feijoeiro comum em várzeas tropicais. Santo Antônio de Goiás: **Embrapa Arroz e Feijão**, 2002. p. 249-292.